

Sexo, poder e famílias no mundo

O sexo é uma força básica de orientação da biologia humana; o poder é um aspecto fundamental da sociologia humana. Sexo e poder não são mundos distintos um do outro, mas estão entrelaçados um no outro. O poder pode ser observado no reino animal, enquanto as formas de sexualidade humana são socialmente construídas e variáveis. Ambos são moedas conversíveis e mescláveis uma na outra. O sexo pode levar ao poder através do canal da sedução. O poder é também uma base de obtenção do sexo, pela força ou azeitado pelo dinheiro e por tudo aquilo que ele pode comprar. A família é um espaço cercado nos campos de batalha abertos pelo sexo e pelo poder, delimitando a livre competição através de fronteiras entre membros e não-membros; substituindo o comércio livre e o combate perpétuo por direitos e obrigações. Como tal, a família é uma instituição social, a mais antiga e a mais disseminada de todas.

Em um importante livro, dois sociólogos americanos argumentaram que a família, ou, ao menos, a família americana estava em transição – deixando de ser uma instituição para ser “companheirismo”. Isso foi em 1945, de modo que, se eles estivessem certos, não teria sobrado muito da instituição. Mas eles usavam o termo instituição em um sentido mais estreito do que o faz grande parte da Ciência Social contemporânea. Para Burgess e Locke (1945:27), uma “família institucional” seria tipicamente aquela cuja unidade estaria totalmente determinada pela pressão social imposta aos seus membros, ao passo que a unidade da família como companheirismo surgiria da afeição mútua e da associação íntima. Neste livro, uma instituição é um conjunto de normas definindo direitos e obrigações dos membros e limites entre eles e os não-membros. Os tipos de afeto e intimidade referidos à família são ainda governados por esse complexo de normas e uma brecha nas normas – que certamente ocorre – não significa que elas tenham desaparecido. A família está suspensa entre o sexo e o poder, como forças biológica e social. Entretanto, seguramente, ela não é um porto seguro ou uma fuga do poder e do sexo. A família é sempre um resultado das relações sexuais passadas ou correntes: sem sexo não há família. Mas é um regulador das relações sexuais, determinando quem pode e quem deve ou não ter relações sexuais com quem. As relações de poder estão inscritas nos direitos e obrigações dos membros da família. De fato, é questão de bom senso analítico perceber uma instituição em termos de equilíbrio entre o padrão de direitos e obrigações, de um lado, e a distribuição de recursos de poder entre os membros de outro. Esse balanço ou equilíbrio explica a resiliência de uma forma institucional, uma vez estabelecida – no caso, de certo tipo de família. Aqueles a quem privilegia podem, por meio dela, manter seus status porque seus recursos de controle e de sanção coincidem com seus direitos, enquanto aqueles com poucos recursos de poder têm mais obrigações do que direitos. A mudança institucional é assim induzida por eventos ou processos que desarranjam um dado balanço entre, de um lado, direitos e obrigações e, de outro, poderes e dependências. Pais podem perder sua propriedade, filhos podem ter a chance de ir para a escola, mulheres podem conseguir oportunidades no mercado de trabalho, as tradições religiosas podem enfraquecer, os estados ou as organizações internacionais podem se intrometer nas famílias, limitando o poder de pais e maridos e municiando as filhas rebeldes com rotas de fuga. Ou então, as forças que afetam o equilíbrio existente podem trabalhar no sentido contrário: a propriedade familiar – e seu controle e transmissão – pode tornar-se mais importante, como ocorreu na China em décadas recentes; as mulheres podem ser pressionadas para fora do mercado de trabalho – como tem sido tentado, pelo menos do Elba até o Mar Amarelo; os suportes religiosos para os direitos de pais e maridos podem tornar-se mais fortes; e ainda persiste a lembrança de quando os pais franceses tinham o direito de enviar as crianças desobedientes à penitenciária estatal.

A privacidade da vida familiar esteve sempre ligada à autoridade societária por meio de direitos e deveres institucionalizados, prescritos e proscritos por organizações religiosas mantidas ou autorizadas por autoridades políticas ou diretamente pela legislação estatal. Os vínculos, contudo, podem ser distantes e/ou tênues, perdidos nos labirintos das estruturas de poder das famílias individuais ou, então, modificados pelos costumes locais ou provincianos. Uma visão global da família terá de apreender algo da diversidade na qual existem esses poderosos cânones da autoridade.

Todo presente tem seu passado. A família é uma instituição antiga; suas origens vão além da história. Mas esse é um estudo da família com base nas experiências e preocupações presentes

na virada do século xx para o xxi. Embora escrito de um modo mais acadêmico do que opinativo e com a perspectiva de um autor individual, este livro é produto de um período que assistiu a aquilo que, nas barricadas, Juliet Mitchell (1966), chamou de “A Revolução Mais Longa”, referindo-se às mulheres, e que Francis Fukuyama, do lado oposto, denominou “A Grande Ruptura”. Está sendo lançado em uma época em que o “casamento heterossexual” é visto como “profundamente minado pela ascensão do relacionamento puro e da sexualidade plástica” (Guiddens 1992: 154), e quando aparentemente faz sentido discutir “O Fim do Casamento” (Lewis 2001) ou “O que vem após a família” (Beck-Gernsheim 1998). Se tudo isso for verdade, talvez se possa ao menos entender – sem necessariamente concordar com ele – o grande economista americano que compara o “desastre” da “falência do sistema familiar na Europa” com a Fome Irlandesa de Batata (Akerlof, 1998:308). Deparamo-nos com o fato de que a “família ocidental” está sendo considerada amplamente como “em grande desordem” por escritores de vozes estridentes e fortes opiniões (Roudinesco 2002).

Antecessores

A problemática deste livro é, portanto, naturalmente diferente daquela dos clássicos que o precederam, em cujos ombros estou sentado, olhando o passado, o presente e o futuro. O mais próximo no tempo, o de maior afinidade e até mesmo com certa proximidade pessoal é a obra máxima de William J. Goode (1963): *Revolução Mundial e Padrões de Família*, que procurou “descrever e interpretar as principais mudanças nos padrões familiares ocorridas na metade do século passado no Japão, na China, na Índia, no Ocidente, na África Subsaariana e nos países árabes e relacioná-las às diversas alterações em outras áreas institucionais” (Goode 1963: v) – um empreendimento ousado que Goode, auxiliado por uma vasta rede de ilustres informantes, desenvolveu com enorme perspicácia empírica e concluiu com infalível sabedoria. Seu livro é um marco da Ciência Social Comparativa.

Contudo, no mundo do academicismo e do compromisso intelectual com as idéias, o respeito e a admiração não significam adulação e deixam espaço para a crítica. Com a retrospectiva de quatro décadas, posso ver três principais conjuntos de problemas na obra de Goode. Primeiro, seu foco da mudança, ou em outras palavras sua variável dependente, é uma “tendência em direção a algum tipo de padrão de família conjugal – isto é, em direção à redução dos laços com parentes distantes e maior ênfase na unidade familiar ‘nuclear’ formada pelo casal e seus filhos” (Goode 1963: 1). Afortunadamente, sua análise real foi além dessa perspectiva e acabou por incluir padrões de casamento e relações entre maridos e esposas, pais e filhos; mas ela prejudicou, sim, a percepção dos outros temas. Sua formulação deu um caráter elusivo à variável chave de Goode: “A característica mais importante da construção típico-ideal da família conjugal é a exclusão *relativa* de uma ampla variedade de parentes consangüíneos e afins dos assuntos cotidianos. A rede de parentesco *não tem grande extensão*”, “A localização do domicílio do casal não será mais *em grande parte* determinado por seus parentes... A escolha do parceiro é *mais livre* do que nos outros sistemas” (Goode 1963: 8, com acréscimo do itálico). Mesmo o tipo ideal é formulado em termos de mais ou menos.

A perspectiva não discute de modo sistemático até que ponto isso significaria algo além da justificativa de que o resto do mundo está se aproximando da conjugalidade pré-moderna da Europa Ocidental. Do modo como está formulada, como uma direção da mudança, as avaliações apóiam-se pesadamente na perspectiva permitida pelo ponto específico do qual o ritmo da mudança é observado. Quarenta anos mais tarde é fácil perceber que muitas das mais dramáticas mudanças na família – como vistas hoje – de fato ocorreram após os primeiros anos da década de 1960, quando Goode já terminava seu livro. O envelhecimento da perspectiva é reforçado pelo fato de Goode ter se absterido de considerar tipos ideais alternativos e de avaliar a quantidade de mudança de um ao outro.

Em segundo lugar, a principal variável explicativa de Goode, “as forças sociais da industrialização e da urbanização”, é pouco clara com relação ao seu significado e ao modo como influencia a família. “Com referência ao mundo moderno, não parece ser possível ou útil distinguir claramente entre os efeitos *separados* da urbanização e industrialização” (itálico original); (...) “o elemento central da industrialização é um fator social, a liberdade de alguém usar seus talentos e habilidades na melhoria de seu trabalho” (Goode 1963: 169, itálico omitido). “A característica social fundamental da moderna empresa industrial é a de que, idealmente, a atribuição de um emprego a um indivíduo tem por base sua habilidade em satisfazer as exigências deste emprego e de que sua

realização é avaliada por critérios universalistas” (Goode 1963: 11, itálico omitido). A explicação maior parece ser uma cultura econômica da realização e do universalismo, difícil de manejar na pesquisa histórica comparativa sob qualquer circunstância e não operacionalizada através de indicadores. Seu idílio típico ideal, contudo, não parece capturar os processos de proletarização e de acumulação de capital aos quais, na verdade, a industrialização esteve associada historicamente. Mas aqui, novamente, Goode é muito melhor do que sua teoria, injetando algo de uma perspectiva de classe nas “variáveis-padrão” parsonianas. Por exemplo, ele nota que uma vez que é o “estrato superior” que controla os novos empregos industriais, seus membros podem continuar a controlar seus filhos (Goode 1963: 17).

Em terceiro lugar, o argumento explicativo básico de Goode é claramente funcional, “A ‘Adaptação’ entre a Família Conjugal e o Moderno Sistema Industrial” (Goode 1963: 10 ss). A família conjugal, mais limitada, abre os canais de mobilidade requeridos pelo sistema industrial. Sua “ênfase na emotividade” compensa a “férrea disciplina” e a insegurança emocional do trabalho industrial. Deste e de outros modos semelhantes “as necessidades do sistema industrial são (...) satisfeitas pelo padrão de família conjugal” (Goode 1963: 15). Goode tem perfeita consciência das severas limitações de seu funcionalismo, estabelecido principalmente em termos de “harmonia teórica” ou “adaptação” (Goode 1963: 10-11); e reconhece a possibilidade dos sistemas familiares afetarem a industrialização, concedendo um papel significativo à “ideologia”: a ideologia da família conjugal, do individualismo e do igualitarismo (Goode 1963: 18 ss).

Apesar de toda a ousadia e brilho do seu autor, *Revolução Mundial e Padrões de Família* está preso no paradigma teórico prevalecente em seu tempo e lugar: o estruturo-funcionalismo parsoniano, e com sua visão em parte ofuscada pela luz mortíça remanescente da Antropologia evolucionista do parentesco. A nuvem funcionalista que paira sobre as investigações de Goode impede qualquer atenção sistemática aos caminhos efetivos para a secularização, para a escolaridade, para o conflito político e para as mudanças do poder político, por exemplo. Além disso, sua história termina antes das dramáticas mudanças nos padrões de família no último terço do século XX.

O aspecto mais fascinante da obra de Goode sobre a família, que também inclui, entre outros, um monumental tratado sobre o divórcio (Goode 1993), e ao qual teremos razões para retornar, é sua curiosidade sobre o mundo e seu conhecimento dele. De fato, em uma história futura de Ciência Social Comparativa sociólogos da família merecem atenção central. As correntes opacas da moda teórica e o poder institucional tenderam a empurrar os estudos de família, empíricos ou teóricos, para a periferia da Ciência Social Geral. Entretanto, no campo da pesquisa empírica de grande abrangência, em grande escala, historicamente consciente e perspicaz, a Sociologia da Família tem uma linhagem impressionante.

Goode permaneceu como uma baliza para a Sociologia Comparativa da Família, mas suas conquistas não representam o ápice dos estudos de família, de um modo geral. Mais tarde apareceram muitos trabalhos de época, principalmente, mas não exclusivamente, em outras disciplinas: História, Antropologia, Demografia e Economia. Quem quer que hoje esteja engajado nos estudos de família tem dívidas com um expressivo número de grandes acadêmicos e com seus projetos coletivos em larga escala, tais como Ansley Coale e o Princeton European Fertility Project (Projeto Princeton sobre Fecundidade Européia); o falecido Peter Laslett e o Cambridge Group on the History of Population and Social Structure (Grupo de Cambridge sobre História da População e Estrutura Social); histórias coletivas tais como o estudo global editado por André Burguière et al., e aquele por Gordon Anderson; o projeto Eurásia, atualmente em curso, desenvolvido em rede, cobrindo do leste da Ásia à Europa Ocidental (de George Alter et al.), e o trabalho europeu por David Kertzer e Marzio Barbagli; historiadores individuais, como John Gillis, Karl Kaser, Michael Mitterauer, Joan Scott e Louise Tilly; antropólogo histórico global Jack Goody; demógrafos sociais e históricos como P.N. Mari Bhat, John Caldwell, Jean-Claude Chesnais, Gavin Jones, Dirk van den Kaa, James Lee, Ron Lestaege, Peter McDonald e Wang Fen; economistas feministas do desenvolvimento como Esther Boserup e Bina Agarwal; juristas e historiadores do Direito como David Bradley, John Eekelaar e Mary Ann Glendon. Os estudos de família atraíram também grande quantidade de pesquisas orientadas para políticas, entre as quais se sobressaem os projetos comparativos em larga escala de Franz Xavier Kaufmann et al., e de Sheila Kameron e Alfred Kahn.

Um teórico da família, muito elogiado, estará ausente da discussão. O prêmio Nobel Gary Becker (1991). Não se trata de entrar em uma querela disciplinar. A modelagem derivada de proposições, típica da Economia neoclássica, emerge fatalmente como paroquial em qualquer perspectiva comparativa, histórica ou espacial. Por exemplo, de acordo com Becker (1991: 118), “O divórcio é mais provável quando a taxa de salário da mulher é alta em relação à do marido”. Embora essa afirmação possa parecer senso comum, em nada nos ajuda se quisermos explicar a história real das taxas de divórcio no mundo, as taxas espetacularmente altas entre os malaios muçulmanos até cerca de 1970, quando a maioria das mulheres não era assalariada, as taxas de divórcio tradicionalmente altas entre as populações árabes, onde virtualmente nenhuma mulher casada jamais teve um salário, ou porque a Escandinávia tem taxas de divórcios mais baixas e taxas de salário feminino mais altas do que os Estados Unidos. Na explicação de diferentes taxas de casamento e de vínculos sexuais, que uso terá a seguinte proposição: “Uma pessoa ingressa no mercado matrimonial se espera que seu rendimento marital exceda sua renda de solteiro” (Becker 1991: 119)? A pesquisa comparativa tem seu foco na variabilidade do senso comum, dos parâmetros institucionais e, dessa perspectiva, Becker, apesar de todos os seus poderes intelectuais, parece preso à América do meio-oeste.

Por mais páginas que eu escrevesse dificilmente conseguiria uma avaliação justa do trabalho desses e de outros eminentes e relevantes predecessores e colegas contemporâneos. Em vez disso, portanto, recuemos brevemente um pouco mais na árvore genealógica da família. Antes de William J. Goode, duas figuras da Sociologia da Família destacaram-se das demais. Frédéric Le Play e Edward Westermarck, ambos extremamente bem-sucedidos e influentes em seu tempo, mas, atualmente, quase totalmente esquecidos fora de seus países de origem (respectivamente, França e Finlândia), exceto por um pequeno corpo de especialistas. Ambos foram há muito excluídos da lista dos clássicos da disciplina. Le Play jamais conseguiu consagração comparável a de seus rivais franceses, Émile Durkheim e René Worms. Com a ascensão de Bronislaw Malinowski ao centro da Antropologia como disciplina assim como à cátedra de Antropologia na London School of Economics, onde Westermarck ensinava, este se tornou um pré-clássico. Embora as dúvidas sobre a importância para o desenvolvimento das Ciências Sociais da eventual ressurreição destes ancestrais pareçam bastante legítimas, no contexto da História Sociológica da Família, eles merecem ser reverenciados.

Frédéric Le Play (1806-82) deixou um legado duradouro aos historiadores e antropólogos da família, menos visível na Sociologia da Família dominada pelos Estados Unidos e menos relevante para as preocupações atuais sobre a família do Atlântico norte: ou seja, uma tipologia de estruturas familiares condicionada nas preocupações com a crise, de acordo com o tempo e o ambiente de Le Play: o Contra-Iluminismo do catolicismo social francês de meados do século XIX. A roupagem ideológica foi descartada, mas a análise estrutural de Le Play foi aperfeiçoada e posta em uso. Um *maitre-penseur* francês do fim do século XX, Emmanuel Todd (1990) tomou-a como base para explicações de longo alcance dos desenvolvimentos ideológicos e políticos na Europa.

Le Play distinguia três tipos de família com base nas relações entre os pais e os filhos casados: a “família patriarcal”, que hoje é denominada usualmente de “família indivisa”* (patrilinear); a *famille souche* traduzida para o inglês como “família-tronco” (*stem family*) e a “família instável” chamada, na linguagem do século XX, de família conjugal ou nuclear. Na família patriarcal que Le Play encontrou “entre os nômades orientais, os camponeses russos e os eslavos da Europa Central”, os filhos casados permaneciam com ou próximos de seu pai, que continuava exercendo autoridade sobre eles e seus descendentes. A preferência de Le Play recaía sobre a família-tronco, uma estrutura agrária sedentária encontrada na Europa Ocidental, em particular na Inglaterra, após ter sido solapada pelas leis de herança da Revolução Francesa – estipulando direitos iguais de herança entre os filhos – e pela proletarianização. Na família-tronco, o pai retém o controle sobre a transmissão da propriedade, mas apenas um único filho casado permanece com os pais, herda e cuida do lar paterno, enquanto os outros recebem um dote e se estabelecem por conta própria. Em virtude das regras de herança, liberdade de testamento e propriedade matrimonial unificada sob o comando do marido/pai, Le Play (1855: 18) era muito positivo com relação aos britânicos: “A raça anglo-saxônica (...) tem valorizado a necessidade de manter firmemente a organização da família sob a proteção tutelar da autoridade paterna”. “É na Inglaterra (...) que a autoridade paterna e a família (...) parecem apresentar aqueles traços mais recomendáveis.” (1866: 297) Na classe trabalhadora industrial européia, Le Play notou o predomínio de uma família “instável”, isto é, uma

família formada pelo casamento, crescendo com a chegada das crianças, encolhendo com a partida dos filhos adultos de casa e dissolvendo-se após a morte dos pais; enfim, uma família conjugal neolocal, que estabelece seu próprio domicílio com o casamento.

Esse esquema, com seu foco nas regras de herança e em seu efeito na organização da família e nos padrões de interação, transformou-se em uma frutífera abordagem estrutural comparativa dos sistemas familiares (cf. Skinner 1997). Sua distinção entre a família indivisa patrilinear da Europa Oriental e os padrões familiares da Europa Ocidental foi corroborada mais tarde por historiadores especializados (Kaser 2000).

Le Play era um engenheiro de minas, com uma licença anual para pesquisa do Ministério dos Trabalhos Públicos, que ele usou para estudar não apenas os mineiros e metalúrgicos europeus, mas também as condições sociais do continente. Sua principal obra, *Les Ouvriers Européens* (Os operários europeus), teve sua primeira edição em 1855. Trata de uma vasta gama de condições de vida de famílias de operários e de agricultores, com base na observação direta e com o foco sobre o orçamento familiar. Nessa obra, porém, sua tipologia de família estava apenas esboçada (Le Play 1855: 18-19) e só mais tarde foi formulada com maior clareza (Le Play 1866, 1871). Durante o Segundo Império, Le Play foi importante figura pública. Uma introdução em inglês à sua volumosa obra, bastante útil, é a seleção de textos acompanhada por uma biografia curta editada por Catherine Bodar Silver (Le Play 1982).

Edward Westermarck (1862-1939) fazia parte da elite liberal fino-sueca no então Grão-Ducado Russo da Finlândia. Seu primeiro trabalho importante, *The History of Human Marriage* (1891) (A História do Casamento Humano), uma edição inglesa expandida de sua dissertação de 1889, foi prefaciada e lida ainda na prova pelo grande naturalista evolucionista inglês Alfred Wallace e pelo vice-cônsul britânico em Helsingfors, que o ajudou com a língua inglesa. O livro teve grande sucesso, com cinco edições e várias traduções, e conseguiu para seu autor o cargo de professor (de Filosofia Prática) em Helsingfors (hoje a Helsinque de língua finlandesa) e um cargo de professor de Sociologia em tempo parcial na London School of Economics (1907-30).

Posteriormente, Westermarck conduziu extenso trabalho de campo no Marrocos, mas a primeira edição de seu livro sobre o casamento baseou-se em pesquisa bibliográfica e em um questionário sobre culturas e costumes de fora da Europa dirigido a missionários e outros informantes parecidos. Sua referência temporal é quase infinita, começando com o acasalamento e a paternidade entre animais – particularmente pássaros – e objetivando capturar a história humana desde os “selvagens” até a legislação “civilizada” do final do século XIX. Seu alcance espacial é global. Sua argumentação tem um estilo um tanto anedótico, a imensa área coberta o obriga a ser conciso; os costumes de diferentes épocas, de pequenas tribos e grandes impérios são justapostos diretamente uns aos outros e faltam dados estatísticos sistemáticos. Esse foi um estilo atacado e abandonado pela nova disciplina Antropologia em prol da observação intensiva das sociedades delimitadas em pequena escala. Contudo, a amplitude dos conhecimentos do autor é por demais impressionante e o livro é uma análise poderosa, baseada em extensa evidência empírica. Trata de diversos tópicos de relevância direta para este livro, tal como a liberdade de escolha do parceiro matrimonial, as relações entre marido e esposa e pais e filhos, as possibilidades e as práticas do divórcio.

Em seu próprio tempo, seu impacto parece ter-se devido, acima de tudo, ao descarte dos mitos prevalentes sobre a promiscuidade primitiva; o tema principal da dissertação de Westermarck (Westermarck 1899) é o interesse na seleção sexual, sua explicação do tabu do incesto com base no instinto: “uma aversão inata ao casamento entre pessoas que vivem juntas, de forma muito íntima, desde o começo da juventude” (Westermarck 1903: 544). Westermarck, no entanto, também tinha algo a dizer sobre um tema-chave deste livro.

Em 1891, ele concluiu: “O casamento tem sido assim sujeito à evolução de várias formas, embora o curso da evolução não tenha sido sempre o mesmo. A tendência dominante desse processo, em seus últimos estágios, tem sido a extensão dos direitos das esposas (...) A história do casamento humano é a história da relação na qual as mulheres vêm gradualmente triunfando sobre as paixões, os preconceitos e o egoísmo dos homens” (Westermarck 1891/1903: 549-50). Um neto de Westermarck poderia ter escrito isso em 1991 e ainda estaria no meio do processo de mudança. Quanto às perspectivas para 2091, veremos abaixo.

Temas

Este livro apresenta três temas principais, que refletem como o autor está tentando, de modo acadêmico, entender seu tempo e seu contexto. O primeiro deles é o patriarcado e os direitos e deveres relativos, de pais e filhos, homens e mulheres. A “regra do pai” é aqui vista de um modo mais amplo do que por Le Play, na medida em que se refere aos poderes familiares masculinos, não importando se de pais, tios maternos nas sociedades matrilineares, maridos ou outros homens membros da família. Seu foco principal são as relações entre pais e filhos adultos (sobre outras relações entre pais e filhos, ver Therborn 1993) e as relações entre maridos e esposas. O poder parental estará amplamente concentrado no controle – grau ou ausência – sobre os casamentos dos filhos e sobre a formação de domicílios, aspecto mais importante do controle sobre o curso de vida da nova geração; mas também se prestará atenção à discriminação das filhas, intra-específica à família, do infanticídio ou desnutrição e negligência até a deserção.

Dessa perspectiva, o poder e o controle parentais serão considerados manifestações do patriarcado, sem dele excluir ou singularizar as mães casamenteiras e as sogras controladoras, uma vez que elas são delegadas do poder paterno ou a ele estão vinculadas. O poder sexual masculino sem significado parental será referido como falocracia, que pode ser considerada uma irmã mais moça do patriarcado.

O poder paterno é o significado central do patriarcado, histórica e etimologicamente e várias vezes e em vários lugares, teremos de fazer o inventário do modo como ele opera. Este nos revela algo importante sobre as recentes mudanças no Reino Unido, a ponto de uma influente teórica feminista britânica, em 1990 e em todas as oito reimpressões durante a década, ter podido descartar o poder paterno, como, no mínimo, irrelevante: “Esta inclusão da geração na definição [do patriarcado] é confusa. É um elemento contingente e seria melhor se fosse omitido” (Walby 1990: 20). Com essa reserva, a abordagem do patriarcado neste livro deve muito ao feminismo contemporâneo e à sua crítica sobre o silêncio masculino sobre o tema no século XX.

Pais poderosos são também maridos, de modo que parece ao mesmo tempo lógico e prático estender a noção de patriarcado ao poder dos maridos. Examinaremos suas várias prerrogativas legais e/ou reais: na tomada de decisão na família, como “chefe de família”, no controle das atividades e da mobilidade de suas mulheres, na poliginia e nos duplos padrões sexuais. Também examinaremos a discriminação contra as filhas e os sacrifícios especiais exigidos das mulheres por razões sexuais masculinas, tal como o esmagamento dos pés das meninas na China imperial, eufemisticamente chamado de “enfaiço do pé”, ou a mutilação genital. Contudo, o patriarcado neste livro não terá sua relação com a família afrouxada de modo a se tornar sinônimo de subordinação, discriminação ou desvantagem social das mulheres em geral. A discriminação e a desigualdade de gênero devem ser vistas como conceitos mais amplos do que o de patriarcado, com sua tradição familiar e conotações históricas. Uma erosão significativa e até mesmo o desaparecimento deste último não acarreta de forma necessária no fim da discriminação e da desigualdade de gênero e realmente não o promoveu, como veremos.

Um segundo tópico principal deste livro refere-se ao papel do casamento e do não-casamento na regulação do comportamento sexual e nos ligações sexuais em particular. O viver sozinho e as ligações sexuais informais, como na coabitação ou em qualquer outra forma, não são invenções recentes. Ambas já estavam amplamente disseminadas no noroeste da Europa e na América Latina e no Caribe ao tempo de Le Play e Westermarck. Este último até mesmo observou, há mais de um século, que “a proporção de não-casados vem crescendo gradualmente na Europa” (Westermarck 1903: 541). Historicamente, as taxas de casamento tanto subiram quanto desceram e as taxas atuais de não-casamento, nascimento extramarital e coabitação informal do Atlântico Norte não são, de modo algum, únicas na história moderna, como a análise global irá mostrar. Os costumes atuais e os debates na Europa, nas Américas e na Oceania enfatizam a idéia de que a Sociologia da Família contemporânea não pode negligenciar a revolução sexual dos anos 1960 e 1970. O casamento deveria ser visto não (apenas) como uma instituição *sui generis*, mas como o elemento mais importante de uma ordem sociosexual em mutação. Prestaremos especial atenção à postura sexual dos adolescentes em todo o mundo, uma vez que a adolescência é a entrada normal naquela ordem, de um modo ou de outro.

A terceira parte do livro trata do passado, do presente e das perspectivas futuras da fecundidade e do controle da natalidade, com suas implicações para o envelhecimento e para as mudanças geopolíticas. Assim, ela relata também o começo do declínio da população na Europa, o rápido

envelhecimento do Japão e a emergente escassez de crianças em algumas regiões do mundo, em decorrência de um esforço global de controle de natalidade extremamente bem-sucedido. Tentaremos entender, de modo particular, a relação entre a intimidade sexual dos casais individuais de um lado, e, de outro, as ondas de mudança na fecundidade, nacionais, continentais e intercontinentais. Isso nos conduzirá às questões referentes à política, aos movimentos sociais, aos estados e às organizações supranacionais. De novo, teremos de estar muito cômicos dos múltiplos níveis e dimensões da política do patriarcado, assim como daquela do casamento e da sexualidade.

Esses três temas serão perseguidos através de um século, de 1900, aproximadamente, até 2000 e além. Contudo, nem a tradição morreu em 1900 nem a modernidade começou em 1901. Mudanças consideráveis no patriarcado já haviam ocorrido até 1900, embora não tantas como esperava Westermarck ou temia Le Play, e as origens dos padrões coletivos de controle da natalidade retrocedem ao século XVII. Ainda que, geralmente, costumemos localizar o relógio investigativo por volta de 1900, o período anterior a esse não pode ser interpretado como uma espécie de pré-história.

Os temas deste livro cruzam disciplinas acadêmicas e o autor tentou seguir as trilhas dos primeiros, mais do que as fronteiras destas últimas. A área de pesquisa é indicada pela Sociologia, pelo Direito e pela Demografia, mas o ferramental e as experiências da Antropologia, da História e da Ciência Política também foram acionados, porque a tarefa não envolve apenas as estruturas normativas da família, mas sua operação real e seus limites, através do mundo e durante um século ou mais.

Buscando o mundo

A História tem suas ironias mesmo no pequeno mundo acadêmico. O funcionalista parsoniano – usualmente um credo do moderado conservadorismo/liberalismo da complacente corrente predominante americana – William Goode falava sobre “revolução mundial” no início dos anos 1960. É verdade que a revolução mundial a que Goode se referia não desfraldava a bandeira vermelha. Era feita de industrialização e de urbanização, forças sociais “afetando toda sociedade conhecida”. Em contraste com a presumida universalidade dessa “revolução” estaremos aqui à procura de algo que soa muito mais anódino: “globalidade”.

Globalidade, no sentido usado aqui, refere-se à conectividade, variabilidade e intercomunicação de fenômenos sociais, em oposição à banalidade, singularidade e orientação em um único sentido de forças universais. Isto é, refere-se às conexões entre diferentes forças e eventos em diferentes partes do globo, à variabilidade mundial de processos causais, tanto das formas institucionais quanto dos resultados; ao significado da comunicação entre atores em diferentes continentes. Nesse sentido, há uma História global e uma Sociologia global da família. É global também em um sentido literal de circunferência planetária. Goode deixou de fora a América Latina e o Caribe, o Oeste não-árabe da Ásia e a Ásia do Sul. Para um bom americano, a Europa estava subsumida, com o Novo Mundo, no “Complexo Cultural Ocidental”, e foi dada uma extensão original aos Urais, sem permitir que o legado da Revolução de Outubro pesasse significativamente sobre ele. A Guerra Fria colocou seus limites ao que tinham escrito os americanos de mente aberta. Historicamente, sua subsunção da Europa à rubrica “ocidental” velou importantes diferenças históricas entre as famílias da Europa Oriental e Ocidental, assim como os aspectos especiais dos assentamentos de além-mar.

O trabalho coletivo de Burguière et al. (1986), apesar de todos os seus recursos de especialização regional, não consegue uma imagem planetária em virtude de sua visão parcial da América Latina e uma total negligência da Ásia Ocidental não-árabe e do Sudeste da Ásia.

Como pode um pesquisador solitário, sem colegas especialistas para ajudá-lo, alcançar globalidade empírica? Por meio de um quadro analítico e muito trabalho. Qualquer análise séria da família, comparativa em termos globais, teria de começar com famílias de famílias, com sistemas familiares. Caso contrário, a miríade de diferentes famílias individuais seria impossível de ser administrada. Mas, quais famílias de famílias, qual tipologia de famílias? Parece haver três alternativas principais. Uma seria estrutural, distinguindo aspectos da estrutura institucional, possivelmente vinculada à tipologia de Le Play. Outra focalizaria a base normativa dos diferentes sistemas familiares na história. Grande parte dessa base seria religiosa – cristã, muçulmana, hindu, confucianista, budista etc. – ou racionalista secular.

Embora ambas sejam factíveis, esse estudo optou por um terceiro tipo de guia, um mapa geocultural. Uma bússola puramente estrutural não parece ser a mais adequada para apreender e explicar as mudanças culturais de longo prazo nas três dimensões temáticas. Os sistemas religiosos, assim como outros sistemas de valores vastos e profundos, diferem não apenas em suas concepções de família, mas também em seu interesse normativo por ela e em seu significado normativo para ela. O mais importante é que as práticas religiosas das instituições sociais podem variar fortemente de lugar a lugar. Um casamento cristão na África, por exemplo, é bem diferente de um na Europa, e uma família muçulmana no Punjab está longe de ser idêntica a uma de Java. Além disso, processos de secularização mudaram a relevância da religião para os sistemas familiares.

“Geocultura” é um termo cunhado por Immanuel Wallerstein (1991) em analogia com geopolíticas, para o “lado de baixo”, o “quadro cultural” do sistema mundial. Mas, uma vez em domínio público, a noção pode ser usada para outros propósitos além da análise do sistema mundial. Em nosso contexto, o termo é atraente para indicar uma âncora geográfica e cultural das normas e das instituições. Entender os sistemas familiares como geoculturas significa tratá-los como instituições ou estruturas que tiram suas cores dos costumes e das tradições, da história de uma área particular, uma cobertura cultural que pode permanecer após a mudança estrutural, institucional, deixando marcas na nova instituição. Geoculturas, nesse sentido, podem ser grandes ou pequenas, e seus limites não são auto-explicativos, embora eles devam ser relacionados aos padrões do poder político, por causa da importância do poder na sustentação e na mudança das instituições sociais. Por outro lado, estamos aqui procurando uma ferramenta, um instrumento heurístico que nos ajude a lidar com a complexidade das formas de família no planeta. A tarefa é estudar o patriarcado, a ordem homossexual e a fecundidade por todo um século, e não proporcionar a tipologia dos sistemas familiares modernos.

Com base nessas considerações, achei útil distinguir cinco sistemas familiares principais e dois outros intersticiais, mas também importantes, no mundo moderno. Os principais derivam de sistemas de valores específicos, de origem religioso-filosófica, modelados pela história da área. Os intersticiais adquiriram seu caráter de encontros entre diferentes sistemas de valores. Esses sistemas familiares podem ser e serão subdivididos de vários modos, mas, em termos práticos, seu número tem de ser pequeno e grande sua área de cobertura. Os principais sistemas familiares são:

- o da *África* (subsaariana)
- o *Europeu* (incluindo as colonizações do Novo Mundo)
- o do *Leste Asiático*
- o da *Ásia do Sul*
- o da *Ásia Ocidental/Norte da África*.

Os sistemas familiares intersticiais de peso global são:

- o do *Sudeste Asiático*, do Sri Lanka às Filipinas e com a Indonésia em seu centro, onde os rígidos patriarcados do confucianismo, do islã e do catolicismo foram suavizados pela despreocupação budista com assuntos de família e pelos costumes malaios.
- o da *América crioula*, emergindo da história socioeconômica americana dos cristãos europeus que tocavam plantações, minas e propriedades rurais com o trabalho servil dos escravos africanos e dos índios. Paralelamente à cultura branca, superior, estritamente patriarcal, esta história desenvolveu um padrão particular de família, comum a pretos, mulatos, mestiços e a índios desenraizados. Embora mais distinto no Caribe, o padrão pode ser visto por todas as Américas, dos guetos afro-americanos dos Estados Unidos às periferias andinas da América do Sul.

Por trás dessas divisões, estão certas descobertas que serão mostradas depois, como o fato de que, na influência sobre as dimensões familiares sob estudo, as geoculturas territoriais tendem a prevalecer sobre as divisões religiosas, tal como entre muçulmanos, cristãos e animistas na África ou entre hindus e muçulmanos na Ásia do Sul.

Há divisões importantes que perpassam as áreas e que, algumas vezes, têm de ser desenhadas diferentemente para períodos ou propósitos diversos. Na África é sempre significativo seguir uma diagonal do noroeste ao sudeste, embora o mosaico étnico do continente torne quase impossível uma padronização nítida. Na Europa, remontando ao início da Idade Média, há uma histórica

divisão familiar leste-oeste, ao longo de uma linha que vai de Trieste a São Petersburgo; mas pode-se também encontrar lógica para uma divisão entre o noroeste e o resto, ou para uma distinção entre a Europa Ocidental *versus* o Novo Mundo. Enquanto no leste da Ásia a primeira divisão é, claramente, entre China e Japão, na Ásia do Sul a divisão geocultural norte-sul, não política, não religiosa é decisiva, juntando o norte do centro indiano-hindu, extremamente patriarcal, com o Bangladesh muçulmano e o Paquistão *versus* um sul onde as maneiras patriarcais, tanto hindus quanto muçulmanas, são mais amenas, em termos comparativos. Mas serão exibidos muitos retratos nacionais em cada área, tanto por causa das produções nacionais do poder quanto pelo fato de que muitas fontes foram geradas no âmbito dos países. Embora eu não seja um entusiasta da ficção criminal, ao contrário de muitos colegas, em particular daqueles dos Estados Unidos, subscrevo uma de suas regras: não revele seus dados antecipadamente.